



# BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro de 2004

## EDITORIAL

### QUE 2004 SEJA MELHOR QUE 2003!

De facto, 2003 foi mais um ano mau para os Agricultores, para os Portugueses, para Portugal!

Os problemas que afectaram os Agricultores foram muitos, destacando-se os seguintes: – falta de escoamento de produtos; preços à produção em baixa; escândalos alimentares, como o dos nitrofuranos; aumento do custo da maioria dos factores de produção; intimações para os Agricultores pagarem “multas” e coimas por tudo e por nada; grandes atrasos nos pagamentos das dívidas do Estado/Governo à Lavoura e às Organizações Agrícolas; incêndios florestais devastadores; aprovação da nova Reforma da PAC que é má para Portugal e para a Agricultura Familiar; ameaças governamentais de expropriação das parcelas dos Pequenos Produtores Florestais e dos Baldios.



Mas, em 2003, também se distinguiram momentos bons! Exemplo disso foi a actividade intensa por parte da CNA e Associadas, neste que foi o ano das Comemorações dos 25 Anos da CNA.

São de relembrar acontecimentos como: – o IV Congresso da CNA, realizado em Março; os vários Seminários organizados ao longo do ano; a participação da CNA no movimento associativo a nível nacional e internacional; as diferentes iniciativas regionais promovidas pelas Associadas; as homenagens prestadas a pessoas que já não estão entre nós, mas que ajudaram constituir

o que a CNA é hoje; a Concentração de 20 de Novembro, em Lisboa, na luta por outra PAC; a realização da Assembleia Eleitoral da CNA para escolha dos Órgão Sociais para o próximo triénio.



**No próximo mês de Fevereiro, temos mais um motivo de ânimo. CNA celebra mais um aniversário! Será o festejo de 26 anos “Sempre com os Agricultores, por um Mundo Rural Vivo”!**

*O Executivo da Direcção Nacional da CNA*

## DESTAQUES

- Assembleia Geral Eleitoral da CNA
- Plano Nacional para a Agricultura Biológica
- Falência da PARMALAT

Dossier Técnico no âmbito da Medida 10 do Programa AGRO



# ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL DA CNA



No dia 14 de Dezembro realizaram-se as eleições para os Órgãos Sociais da CNA para os próximos três anos. A Assembleia Geral ELEITORAL da CNA reuniu, para o efeito, na Sede, em Coimbra.

Apresentada a lista dos candidatos (por iniciativa da Direcção Nacional cessante), foi esta aprovada, por unanimidade, pelos Delegados presentes.

Assim, a composição dos Órgãos Sociais da CNA para o triénio que se segue (2004-2006), é a seguinte:

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

#### PRESIDENTE:

- **Manuel Rodrigues** (Idade: 50) – Presidente da BALFLORA e da Mesa da Assembleia Geral da CNA; Professor do Ensino Secundário.

#### SECRETÁRIOS:

- **Álvaro Júlio da Silva Correia** (Idade: 55) – Agricultor; Presidente da ADAB – Associação Distrital dos Agricultores de Bragança; Presidente da Associação de Apicultores do Nordeste.

- **Padre, Manuel Marques Dias** (Idade: 75) – Membro do Conselho Consultivo da ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro; Sacerdote Católico, Pároco em Cacia (Aveiro).

#### VOGAIS:

- **Francisco Xavier Barreto Pires** (Idade: 27) – Agricultor; Produtor de Carne Barrosã; Membro do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- **Arlindo da Cunha Cruz** (Idade: 52) – Agricultor; Produtor Pecuário; Presidente da Direcção da ADADB – Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga.

## CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:

- **António Manuel Gonçalves Grácio** (Idade: 61) – Técnico da DRABL – Direcção Regional da Agricultura das Beira Litoral; Individual.

VOGAIS:

- **Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues** (Idade: 53) – Eng.º Técnico Agrícola; Membro da Direcção da ARAAM – Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho.

- **Armando Pinto Lopes** (Idade: 78) – Vitivinicultor, produtor de Vinho Verde; Membro da APA – Associação dos Agricultores do Porto e da ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios.

## DIRECÇÃO NACIONAL

- **Albino Almeida Silva** (Idade : 51) – Presidente da Direcção da ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro; Presidente da União dos Agricultores do Concelho de Ovar; Produtor de Hortícolas.

- **Alexandre António de Oliveira** (Idade: 52) – Agricultor; Produtor de Vinho e Pecuária; Presidente da Direcção da ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios.

- **Amândio Braulino de Freitas** (Idade: 53) – Produtor de Vinho; Presidente da Direcção da FADS – Federação de Agricultores do Distrito de Santarém.

- **Anabela Maria Neto de Matos** (Idade: 34) – Activista da ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda; Dirigente da MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas; Vice-Presidente da BATALTA – Associação de Produtores de Batata da Beira Alta.

- **António da Conceição Ferraria** (Idade: 56) – Produtor de Pecuária e Cereais; Presidente da Direcção da FADL – Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria; Presidente do AASN – Associação dos Agricultores do Norte Estremadura.

- **António da Costa Maia e Silva** (Idade: 62) – Agricultor, Produtor Pecuário; Dirigente da ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro; Dirigente da União dos Agricultores do Concelho de Ovar.

- **António Maria Antunes** (Idade: 61) – Agricultor, Olivicultor e Produtor de Cereais.; Membro da Direcção da FADEV – Federação dos Empresários Agrícolas do Distrito de Évora.

- **Armando da Silva Carvalho** (Idade: 50) – Produtor de Hortícolas; Presidente do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro e da FAGRORURAL – Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas; Membro da Direcção da CAN, Câmara de Agricultura do Norte.

- **Celestino Tomás Pereira Brasileiro** (Idade: 44) – Agricultor; Produtor de Melão, Vinho e Hortícolas; Dirigente da FADS – Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém; Dirigente da Associação de Produtores de Melão de Portugal.

- **Isménio Lourenço de Oliveira** (Idade: 45) – Coordenador da Direcção da APOR – Associação Portuguesa dos Orizicultores e da ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra.





- **João Gouveia Gomes** (Idade: 54) – Agricultor, Fruticultor, Vitivinicultor e Horticultor; Presidente da Assembleia Geral da ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda.
- **João Pedro Amorim Ribeiro** (Idade: 33) – Técnico Administrativo; Dirigente da ARAAM – Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho.
- **João Rodrigues Vieira** (Idade: 64) – Agricultor; Produtor de Vinho; Dirigente da Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa; Membro da Direcção da CPE – Coordenadora Agrícola Europeia; Perito Agrícola Europeia.
- **Joaquim Casimiro Sousa Correia** (Idade: 57) – Dirigente Associativo Agrícola; Conselheiro pela CNA no CES – Conselho Económico Social; Individual.
- **Joaquim Cerejo de Matos Soares** (Idade: 51) – Agricultor; Criador de Suínos e Bovinos; Dirigente da FADL – Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria; Dirigente da AASNE – Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura.
- **Joaquim Manuel Nunes Lopes** (Idade: 45) – Olivicultor e Horticultor; Eng.º Técnico Agrário; Presidente da Assembleia Geral da APIRURAL.
- **José Barroso da Costa** (Idade: 56) – Agricultor, Produtor Pecuário; Presidente da APL – Associação de Produtores de Leite.
- **José Cordeiro Gaspar Carriço** (Idade: 65) – Orizicultor; Presidente da APOR – Associação Portuguesa dos Orizicultores.
- **José da Cruz Silvério** (Idade: 64) – Produtor de Hortícolas; Presidente da AAFS – Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal.
- **José Manuel Sousa Lobato Araújo** (Idade: 47) – Vice-Presidente da Direcção da ADADB – Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga;
- **José Mesquita Milheiro** (Idade: 59) – Agricultor; Produtor de Tabaco; Eng.º Técnico Agrícola; Presidente da Direcção da ADACB – Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco;
- **Manuel António Mirra Ferreira** (Idade: 56) – Agricultor; Produtor Pecuário; Produtor Florestal; Dirigente da APA – Associação dos Agricultores do Porto; Dirigente da Associação de Silvicultores de Vale do Ave.
- **Manuel Joaquim Pereira Ribeiro** (Idade: 41) – Agricultor; Dirigente do NEADIBE – Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja.
- **Maria Alberta Gonçalves Santos** (Idade: 44) – Vice-Presidente da Associação dos Pastores Transmontanos; Presidente da Direcção da MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas.
- **Maria José Marques Rodrigues Pinho** (Idade: 38) – Agricultora; Produtora Pecuária; Membro dos Órgãos Sociais da ALDA – Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro; Dirigente da MARP.
- **Maria Teresa Fernandes Rodrigues Martins** (Idade: 39) – Vice-Presidente da ADAB – Associação Distrital dos Agricultores de Bragança; Presidente do Concelho Fiscal da MARP.
- **Maria Salete do Carmo Dias** (Idade: 53) – Agricultora, Produtora de Pecuária, Vinho, Hortícolas e Milho; Membro da BALFLORA – Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu.
- **Roberto Joaquim Mileu Merino** (Idade: 57) – Olivicultor; Técnico Agrícola; Perito Agrícola Europeu; Conselheiro pela CNA no CES – Conselho Económico Social. Individual.
- **Vítor Manuel Silvano Herdeiro** (Idade: 31) – Viticultor; Director da AVIDOURO – Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro.



Após a votação, destacou-se o meritório trabalho desenvolvido pelos Órgãos Sociais cessantes e, espontaneamente, surgiu um ambiente de debate em que se discutiram muitos dos problemas concretos que afectam os nossos Agricultores.

Aos Dirigentes que entretanto saem dos Órgãos Sociais, e aos que a partir de agora fazem parte, se desejam os maiores êxitos no trabalho e todas as felicidades pessoais.

A Tomada de Posse vai ser no mês de Fevereiro.



**CNA - 25 ANOS**

**Sempre com os Agricultores.  
Por Um Mundo Rural Vivo!**



# CONTRIBUTOS PARA O PLANO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA

*Por Ângela Dias*

Correspondendo à Orientação da Comissão Europeia, Portugal está a preparar o seu Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.

Este plano constituirá parte integrante do Plano de Acção Europeu para a Agricultura Biológica que incluirá os Planos de Acção de todos os Estados Membros.



O Plano de Acção Europeu contempla propostas de iniciativas futuras destinadas a incrementar a produção biológica no seio da União. Este plano culmina uma série de iniciativas que têm vindo a acontecer desde a reforma da PAC de 1992, das quais se destacam o documento elaborado pela Comissão em 2002 intitulado “Análise da possibilidade de um Plano de Acção Europeu em matéria de alimentação e agricultura biológicas”, a

consulta aos consumidores “Relatório sobre os resultados da consulta em linha: Plano de Acção Europeu em matéria de alimentação e agriculturas biológicas”, recentemente teve lugar a Conferência Comunitária sobre os produtos alimentares e a agricultura biológica - Plano de Acção Europeu.

A agricultura biológica têm tido um crescimento muito significativo ao longo dos últimos anos. No entanto ocupa apenas 3% da SAU comunitária (em 2002), daí o esforço no sentido de dinamizar o sector da produção biológica.

A Comissão Europeia prevê apresentar o Plano ainda este ano, com aplicação para o período 2004-07.

Em Portugal a produção biológica, de acordo com os dados do MADRP de 2003, ocupa 120000ha (o que corresponde a 2,3% da SAU) e 1100 produtores (aqui incluídos também os transformadores).

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica<sup>1</sup> (PNDAB), distingue três tipos de Objectivos:

- Estratégicos;
- Operacionais;
- Instrumentais.

<sup>1</sup> Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica – MADRP, Dezembro de 2003.





Resumidamente:

“Objectivos Estratégicos:

- Tornar o Modo de Produção Biológico (MPB) mais conhecido e competitivo;
- Aumentar e melhorar a actividade agrícola em MPB;
- Aumentar e racionalizar a concentração, embalagem e comercialização de produtos de agricultura biológica;
- Reforçar, desenvolver e consolidar a actividade de transformação de produtos obtidos a partir do MPB;
- Aumentar o consumo de produtos da agricultura biológica.

Objectivos Operacionais:

- Aumentar a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) dos actuais 2,3% para 7% no final de 2007;
- Aumentar a percentagem do número de agricultores aderentes ao MPB dos actuais 0,25% para 1% no final de 2007;
- Aumentar a quota dos produtos da agricultura biológica no mercado dos produtos alimentares para um valor situado entre 1 e 1,5%;

- Alargar o número de culturas em MPB, com aumento da produção dos sectores menos desenvolvidos, em especial os hortícolas, os frutos secos e a vinha;
- Aumentar o número de empresas de acondicionamento, transformação e distribuição, alargando o tipo e quantidades dos produtos processados;
- Reduzir os preços finais dos produtos da Agricultura Biológica, melhorando assim as condições de acesso dos consumidores a este tipo de produtos.

Objectivos Instrumentais:

- Aumento da confiança e da procura dos consumidores portugueses relativamente aos produtos da Agricultura Biológica;
- Revisão do Ensino Superior e do Ensino e Formação Profissional;
- Promoção da Investigação, do Desenvolvimento Experimental e da Demonstração em MPB;
- Aumento da Adesão dos Agricultores ao MPB;
- Estímulo à transformação de produtos alimentares produzidos no MPB;
- Simplificação de procedimentos e de acesso à informação;
- Aumento sustentado da comercialização de alimentos da AB;
- Revisão dos apoios financeiros a projectos na área da AB.”

Face à proposta de Plano apresentado pelo MADRP, consideramos que para atingir os objectivos propostos, as Linhas de Acção devem ter em conta que Portugal possui características muito próprias: pequena dimensão, clima, tipo de solos, regiões onde a agricultura foi pouco intensificada, ainda uma boa biodiversidade e um mundo rural cada vez mais débil.

Face a esta realidade importa encontrar alternativas que possam tornar sustentável o “Mundo Rural”.

## **I – A agricultura biológica deverá ser cada vez mais um meio de desenvolvimento neste processo de renovação da agricultura em Portugal e cada vez menos uma ala marginal**

Deste modo os objectivos operacionais (SAU, número de agricultores e quota de mercado) que são expressos no Plano parecem-nos “curtos” face às condições do nosso país para a prática da agricultura biológica e às exigências agro-ambientais e de mercado.

## **II – Desmistificar o conceito de agricultura biológica**

A agricultura biológica vai muito além da mera substituição de factores de produção.

## **III – Desenvolver a fertilidade do solo (para além da fertilidade química, a fertilidade física e a biológica)**

Uma das bases da agricultura biológica é o solo e o desenvolvimento da sua fertilidade. Isso não se consegue só com a utilização racional de fertilizantes permitidos pelo Reg. CE n.º 2092/91 modificado.

Isto consegue-se apostando sobretudo em:

1 – Meios de avaliação da fertilidade do solo mais acessíveis, expeditos e completos e adaptados à agricultura biológica.

2 – Rotações e consociações de plantas.

3 – Alfaias que permitam reduzir o impacto sobre o solo (apostar no desenvolvimento da indústria nacional de alfaias adaptadas às nossas condições).

4 – Encontrar “**Fontes de Matéria Orgânica**” com qualidade e económica e geograficamente acessíveis:

a) Regiões onde a concentração de lagares é grande (produção de bagaços e águas



ruças) e simultaneamente onde os solos são na sua grande maioria muito pobres.

Esta situação poderá ter como solução no tratamento destes resíduos juntamente com outros existentes localmente e previstos pelo Reg. CE n.º 2092/91 modificado (a estudar) pelo processo de compostagem. Esta compostagem deverá ser processada numa unidade de compostagem (Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes) em que para além do MADRP, IDRHa, IPQ os poderes autárquicos poderão ter uma participação;

b) Matos retirados da limpeza da floresta podem ser utilizados na compostagem (necessidade de articulação entre a floresta e a agricultura);

c) Aproveitamento de restos de culturas (ex: lenha de poda) pela utilização de trituradores. Necessidade de desenvolver este tipo de equipamento adaptado a solos com um certo grau de pedregosidade.

5 – Desenvolvimento de fertilizantes que possam ser utilizados como adubos em caso de se verificarem situações de carências nutritivas na planta (necessário sobretudo no período de conversão).

6 – Controlo de qualidade dos fertilizantes utilizados na agricultura biológica nomeadamente os correctivos orgânicos.

#### **IV – Potenciar as variedades tradicionais com a agricultura biológica (o mesmo com as raças animais autóctones)**

O cheiro, o sabor e a rusticidade são atributos de algumas das nossas variedades tradicionais. Importa estudá-las melhor nos aspectos citados e no seu valor nutricional, que poderão acrescentar. Alguns exemplos.

*Ex.:* Estudar as variedades tradicionais de feijão no teor em ferro.

Mais de um terço da população mundial apresenta deficiências em ferro (ROBINSON, 1999).

Os vegetais são a principal fonte de ferro na maioria das dietas alimentares (THEIL *et al.*, 1997).

*Ex.:* Milho e variedades tradicionais e seu interesse na melhoria da qualidade da broa de milho.



#### **V – Factores de produção melhor desenvolvidos e mais bem comparticipados financeiramente**

No processo de conversão à agricultura biológica e de acordo com o tipo de exploração deverão ser adquiridos factores de produção que têm como fim:

- Diminuir o impacto negativo sobre o solo (ex: substituição de fresas por escarificadores, equipamento de aplicação de pesticidas de modo a minimizar o escoamento da calda);
- Protecção fitossanitária – os meios de protecção directos previstos no Reg. CE n.º 2092/91 actuam por contacto. Deste modo o material de aplicação (pulverizadores e polvilhadores) assume um papel importante como meio de assegurar um bom recobrimento da cultura e um contacto com o parasita sem que haja recobrimento;
- Melhor gestão dos recursos existentes na exploração (triturador, equipamento de compostagem, espalhador de correctivos orgânicos);
- Diminuir os custos de produção: sachadores, semeadores, aparelhos de monda térmica;
- Aumentar a qualidade: colhedores mecânicos de azeitona como meio de colher mais rapidamente a azeitona de modo a diminuir o impacto de parasitas como é exemplo a mosca e a gafa.

O desenvolvimento de alguns factores de produção, como a monda térmica ou polvilhadores, que permitam que a sua utilização seja viável técnica e economicamente.

Criação de parques de máquinas para unidades de exploração agrícola em que não se justifique economicamente a aquisição de algum equipamento como um triturador, pá frontal, espalhador de correctivos orgânicos, colhedor de azeitona etc. com apoios à compra em comum de máquinas/equipamentos

de elevado custo e fraca utilização individual, nas zonas de minifúndio, sem obrigação/exigência de constituição de sociedades formais e burocráticas (declaração conjunta de compromisso deve ser suficiente).

## VI - Bem estar animal

O bem estar animal passa não só pelas condições de produção como também no transporte dos animais para abate e nas condições de abate. Deste modo interessa estudar e desenvolver as condições para que o stress animal seja minimizado (menos adrenalina presente, factor de depreciação da carne) e com isso uma melhor qualidade da carne e seus derivados.



## VII - Envolvimento das Câmaras Municipais no processo de desenvolvimento da agricultura biológica

Um dos erros neste processo de desenvolvimento foi o de separar o “Rural” do “Cidadino”.

**Existem cidades europeias que procuram integrar em áreas específicas, zonas de hortas como meio de devolver uma certa ruralidade e algum “verde” às cidades.**

As Câmaras Municipais pelas funções que desempenham nomeadamente a preservação da qualidade de vida das populações e consequentemente a melhoria dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade local), poderão desempenhar um papel importante como parceiras neste processo, nomeadamente pela sensibilização, promoção deste modo de produção agrícola, nomeadamente, junto de agricultores, escolas e consumidores. Podem ainda desempenhar um papel no tratamento de resíduos (agrícolas (plástico, embalagens de pesticidas) e domésticos) . No tratamento dos resíduos orgânicos domésticos devem ser separados na origem com um colector no “Ecoponto” de modo a serem tratados em “Unidades de Compostagem”.

## VIII - Plano de conversão ao modo de produção biológica para regiões específicas

Estas regiões deverão ser definidas e consideradas prioritárias no plano pelo seu elevado potencial de conversão à agricultura biológica (região pouco poluída (água e solo), agricultura pouco intensificada, agricultura familiar, índice de biodiversidade elevado, existência de recursos aquíferos a proteger, etc. e não limitadas apenas a áreas protegidas e zonas vulneráveis (conforme propõe o plano).

A agricultura biológica deverá ser integrada num plano de desenvolvimento rural de acordo com as especificidades de cada região de modo a permitir que o nível de vida das pessoas que aí vivem seja melhorado e com isso hajam mais pessoas a querer fixar-se nessas regiões.

Deste modo, situações como a pecuária em regiões de montanha e de minifúndio poderão ser viabilizadas.



Nesta situação os poderes locais juntamente com outros parceiros deverão possuir uma boa coordenação entre eles e as medidas necessárias para levar para a frente o plano deverão estar articuladas entre si de modo a permitir o desenvolvimento do plano.

## **A – Desenvolvimento do minifúndio em regiões de agricultura pouco intensificada como factor de produção de hortofrutícolas de qualidade**

A agricultura de minifúndio em regiões de agricultura pouco intensificada como são exemplo as regiões de montanha, poderá ser um factor de desenvolvimento das hortofrutícolas, pelas condições que apresentam (qualidade da água de irrigação, um bom grau de biodiversidade...).

Esta poderá ter expressão se for acompanhada de uma política que permita a conversão conjunta de uma região. Acções de sensibilização, formação e informação, acom-

panhamento técnico, factores de produção infra-estruturas e canais de comercialização são alguns dos factores determinantes neste processo.

Existência de uma estrutura local que possa funcionar como elemento aglutinador (formação e informação, acompanhamento técnico, factores de produção, planificação de culturas de acordo com um mercado, sistema de acondicionamento (selecção do produto, embalagem e frio).

## **B – Desenvolvimento da olivicultura em modo de produção biológico**

Existem regiões do nosso país com um elevado potencial para a prática do olival em modo de produção biológico.

Como exemplo temos a Terra Quente Transmontana que devido às suas especificidades edafoclimáticas é considerada uma das regiões com menor incidência de mosca da azeitona (uma das principais pragas do olival).

De modo a melhorar esta região no seu potencial produtivo (quantitativo e qualitativo) um dos elementos chave é melhorar a fertilidade do solo (Alcobia, 2000).

A fitossanidade é outro aspecto importante na melhoria da qualidade da azeitona e isso só pode ser conseguido se houver uma estratégia comum a este nível que se traduz em termos práticos:

- Estabelecimento de armadilhas para captura massal;
- Colheita antecipada e mecanizada (desde o vibrador até à simples vara pneumática).

A marcação correcta da data de colheita da azeitona é outro factor que poderá contribuir para a melhoria da qualidade do azeite.

## **IX – Regiões vulneráveis (conversão ao MPB a médio prazo)**

É urgente estabelecer um plano de conversão para estas regiões no sentido de minimizar o impacto negativo produzido por uma agricultura intensiva e outras possíveis fontes de contaminação (indústrias, etc.).

Este plano deverá ser por fases no sentido de não fazer passar os agricultores e outras indústrias do oitenta para o oito, com apoios e compensações sempre que se justifique.

De acordo com as fontes de poluição há que encontrar respostas e tempos para fazer essa conversão, que numa primeira fase nunca poderá conduzir a uma agricultura biológica certificada.

Estabelecer um equilíbrio ao nível do solo e condições envolventes da planta será um trabalho que demora tempo, e preparação técnica para o fazer.

*Ex.:* Em regiões com cargas animais elevadas aponta-se como alguns meios de resolução da gestão dos dejectos animais a compostagem, produção de biogás e construção de ETAR's.



## **X – Unidades de transformação**

Necessidade de desenvolvimento de empresas que possam transformar:

- Hortícolas;
- Fruta;
- Frutos secos;
- Azeitona (azeitona, azeitona de conserva, patês...);
- Vinho;
- Aromáticas (óleos, condimentos, etc.);
- Cereais (alimentação infantil, muesli, panificação, massas, rações animais);
- Lacticínios (leite, queijo, iogurtes, manteiga, natas...);
- Carne e charcutaria;
- Etc.

## **XI – Mercado**

Será o mercado um dos elementos decisivos no incremento da agricultura biológica em Portugal (mercado nacional e mercado externo).

Deverão ser criados apoios destinados a instalações para concentração da oferta (armazenamento, frio, outros processo de



conservação, etc.) e escoamento da produção (transporte, embalagem, calibragem, etc.) bem como sistemas informáticos que permitam um mais fácil acesso ao mercado e o seu conhecimento.

## **XII – Redes de formação e informação em agricultura biológica**

A circulação da informação e a formação são dois elementos importantes neste processo (agricultores, técnicos, professores, escolas, consumidores...).

Deverão ser criados apoios com vista à obtenção destes objectivos.

## **XIII – Outros apoios considerados necessários**

- Reforço do apoio à constituição, arranque e funcionamento de associações de agricultores, organizações e agrupamentos nesta área.
- Apoios à implementação de mecanismos práticos simples, eficazes e eficientes de acompanhamento e controlo por parte dessas organizações.
- Apoios majorados a zonas de montanha e de fraca intensificação agrícola.
- Introdução de um módulo de sensibilização/esclarecimento do MBP em todos os cursos e acções de formação profissional.



## **Referências Bibliográficas:**

- Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-2007), MADRP, Dezembro de 2003.
- <http://europa.eu.int/comm/agriculture/qual/organic/plan/index-pt.htm>





# FALÊNCIA DA PARMALAT

## GOVERNO DEVE ACAUTELAR DIREITOS DA LAVOURA

A falência (fraudulenta) da PARMALAT traz de novo para a actualidade o processo da entrada, em força, desta multinacional no nosso País, em 1993, 1994 e 1995.

Nessa altura, os governantes de então disseram que essa entrada da PARMALAT era boa para Portugal e para os Agricultores Portugueses, porque trazia “concorrência” e vinha “estimular o mercado interno”, desde logo no Leite e nos Lacticínios. E trataram de apoiar oficialmente as iniciativas da multinacional.

Ao mesmo tempo, uma determinada organização agrícola portuguesa (CAP) apresentou-se para servir de “ponta-de-lança” da PARMALAT junto dos Agricultores Portugueses – sobretudo através de uma sua associada na região Norte – e até celebrou vários acordos com a multinacional, aliás largamente publicitados.

### **CNA avisou para os perigos e opôs-se “ao assalto” que a PARMALAT lançava**

Tendo em conta a estratégia “de assalto”, que a multinacional lançava, ao sector do Leite e Lacticínios, a CNA e Associadas alertaram, desde logo, para os perigos disso decorrentes: primeiro, era o açambarcamento da produção e da comercialização, sobretudo do Leite e dos Lacticínios. Depois, viria o domínio monopolista do sector e imposição de preços baixos à produção nacional. Entretanto, cavava a ruína do Sector Cooperativo Leiteiro.

Um dos pontos altos da luta que a CNA opôs em defesa da produção nacional e do

próprio Sector Cooperativo do Leite e dos Lacticínios, foi a “espera” (1994), na estação da CP da Pampilhosa, ao comboio do Leite importado pela PARMALAT.

E, ainda em 1994, a pretexto de declarações alegadamente difamatórias, a administração da PARMALAT, em Portugal, pôs em tribunal, com processo crime, um dirigente nacional da CNA e ameaçou outros mais. Entretanto, veio a desistir desse processo dada a onda de solidariedade que se desencadeou em torno da CNA e dos seus dirigentes.

Enquanto isto acontecia, repete-se, outra organização portuguesa associava-se cada vez mais à acção da PARMALAT...

### **Governo português deve acautelar os interesses e direitos da lavoura**

Na presente situação de falência da multinacional, são mais do que prováveis as (más) repercussões na sua filial no nosso País. (Leite-Lacticínios; frutas; tomate industrial).

Tendo até em conta o exemplo do Governo de Itália – que já decidiu apoiar os Agricultores Italianos atingidos – também compete ao Governo Português tomar todas as medidas (em Portugal e na UE) para que os Agricultores e os Trabalhadores Portugueses envolvidos não sejam afectados pela falência da PARMALAT.

*A Direcção Nacional da CNA*



# PERÍODO DE CANDIDATURAS ÀS AJUDAS INGA



Irá iniciar-se no próximo dia 2 de Fevereiro, o período de candidaturas às Ajudas Directas ao Rendimento dos Agricultores, mais conhecidas por Ajudas INGA, onde se incluem, entre outras, as Ajudas às Culturas Arvenses,

Prémios aos Bovinos Machos, Vacas Aleitantes e Ovinos e Caprinos. Para além destas ajudas poderão os produtores candidatar-se ainda, às Indemnizações Compensatórias e às Medidas Agro-Ambientais.

A CNA possui uma rede de 170 Postos Receptores de Candidaturas fixos e mais cerca de 70 móveis, onde os Agricultores se poderão dirigir no sentido de obterem todo o apoio necessário, com vista a aproveitarem o melhor possível as ajudas a que têm direito.

No que respeita à campanha transacta, 2003/2004, informa-se que o INGA irá efectuar os seguintes pagamentos a 29 de Janeiro:

- ▶ Acerto final Culturas Arvenses;
- ▶ Quarto pagamento Prémio aos Ovinos e Caprinos;
- ▶ Indemnizações Compensatórias;
- ▶ Leguminosas para Grão.

No final do mês de Fevereiro será ainda pago 80% dos seguintes Prémios Animais:

- ▶ Prémio aos Bovinos Machos;
- ▶ Prémio às Vacas Aleitantes.

Pedido de Ajuda	Modelo de Candidatura	Períodos de Candidatura	
		Início	Fim
Superfícies	A	02/02/04	23/04/04
Período Alteração Superfícies	A	23/04/04	31/05/04
Animais	N	02/02/04	23/04/04
Período Suplementar para o Prémio aos produtores de carne de bovino	N	De 1 a 10 de cada mês, no período de Maio a Setembro de 2004	
Declaração de participação no prémio ao abate	N	02/01/04	10/09/04
Azeite e azeitona de mesa	Z	02/02/04	23/04/04

Transferências/Cedências	Início	Fim
Vacas Aleitantes	01/02/04	Até à data da candidatura do novo titular
Ovelhas/Cabras	01/02/04	23/04/04
Reserva Nacional	Início	Fim
Vacas Aleitantes	A fixar por Despacho Normativo	
Ovelhas/Cabras	21/06/04	24/09/04



## NACIONAIS

### Dia 07

Encontro do Comité Consultivo do Arroz, no Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Pela CNA, esteve presente Roberto Mileu.

### Dia 15

Encontro do Comité Consultivo das Frutas, no Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, onde se falou nos apoios aos Frutos de Casca Rija.

A CNA esteve representada por Roberto Mileu.

### Dia 15

Reunião do IFADAP, sobre a promoção aos Produtos Agrícolas.

A representar a CNA estiveram Roberto Mileu, Lucinda Pinto e Avelino Antunes.

### Dia 22

Reunião da Bolsa de Bovinos.

Roberto Mileu representou a CNA.

### Dias 23, 26, 27 e 28

Reuniões da CNA e suas Associadas na Guarda (dia 23), Évora (dia 26), Coimbra (dia 27) e Lisboa (dia 28). Os temas em debate foram: a aplicação da Reforma da PAC a Portugal; e os Serviços Agro-Rurais.

### Dia 11

A Associação de Agricultores da Serra e Norte da Estremadura (AASNE), promoveu nas Matas, uma sessão para debater os problemas da Agricultura Familiar e para a divulgação dos projectos AGRO e AGRIS. O Encontro foi muito produtivo, pois discutiram-se bastantes problemas e contou com uma grande adesão de Agricultores.

### Dia 26

Convite da CDU (Coligação Democrática Unitária) para a realização do Acto Público da apresentação da lista concorrente às eleições para o Parlamento Europeu.

A representar a CNA estiveram Joaquim Casimiro e José Alfredo.

### Dia 27

Convite do Sr. Presidente da República para a cerimónia de apresentação do programa de iniciativas dedicadas ao tema "Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", que vai ser realizado durante o ano de 2004.

A CNA esteve representada por Joaquim Casimiro.

### Dia 29

Realização da "X Festa dos Caçadores do Norte", em Macedo de Cavaleiros. Este evento foi promovido pela Câmara Municipal desta Edilidade e pela Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética.

Pela CNA esteve presente Álvaro Correia.

## INTERNACIONAIS

### Dia 27

Reunião com a REPER (Representação Permanente do Governo Português em Bruxelas) sobre a Reforma da PAC e sua aplicação em Portugal.

Encontro com a Deputada no Parlamento Europeu, Dr.ª Ilda Figueiredo (PCP), sobre aspectos vários da Reforma da PAC.

Pela CNA, João Vieira e Vanda Santos

### Dia 28

Encontro com o Deputado no Parlamento Europeu, Dr. João Gouveia (PSD), onde se falou sobre a Reforma da PAC.

Pela CNA, João Vieira e Vanda Santos.

### Dias 28 e 29

Seminário sobre "Comércio Internacional", em Bruxelas.

Esteve presente João Vieira, como membro do Executivo da CPE.

### Dia 30

Reunião, em Bruxelas, do Executivo da CPE com uma delegação da COAG (enquanto membros Europeus da Via Campesina) a propósito da preparação da IV Assembleia Internacional da Via Campesina (que decorrerá em Junho de 2004, na cidade de São Paulo, Brasil).

Participou João Vieira, enquanto membro do executivo da CPE.

## NACIONAL



**Sementes** – O Decreto-Lei n.º 2/2004 aprova o Regulamento Técnico da Produção e Comercialização de Sementes de Espécies Oleaginosas e Fibrosas, destinadas a produção agrícola, com exclusão da utilização para fins ornamentais, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/57/CE, do Conselho, de 13 de Junho, relativa à comercialização de sementes de espécies oleaginosas e fibrosas, com a redacção que lhe foi dada pelas Directivas n.ºs 2002/68/CE, do Conselho, de 19 de Julho, e 2003/45/CE, da Comissão, de 28 de Maio. DR 1, Série I-A, de 02 de Janeiro de 2004.

**Tabaco** – O Despacho Normativo n.º 2/2004 estabelece ajustamentos e disposições relativas aos procedimentos nacionais de aplicação da Organização Comum do Tabaco. DR 8, Série I-B, de 10 de Janeiro de 2004.

**Azeite** – O Decreto-Lei n.º 16/2004 implementa, a nível nacional, o Regulamento (CE) n.º 1019/2002, da Comissão, de 13 de Junho, relativo às normas de comercialização do azeite, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1964/2002, da Comissão, de 4 de Novembro, e pelo Regulamento (CE) n.º 1176/2003, da Comissão, de 1 de Julho, estabelecendo, igualmente, as condições a observar na obtenção e tratamento do azeite e do óleo de bagaço de azeitona. DR 11, Série I-A, de 14 de Janeiro de 2004.

**Sementes e Vegetais** – O Decreto-Lei n.º 21/2004 transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/61/CE, do Conselho, de 18 de Junho, relativa a ensaios comparativos comunitários de sementes e de materiais de propagação vegetativa. DR 18, Série I-A, de 22 de Janeiro de 2004.



## COMUNITÁRIO

**Pequenas e Médias Empresas** – Regulamento (CE) n.º 1/2004 da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas que se dedicam à produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas. Jornal Oficial n.º L 001, de 03 de Janeiro de 2004.

**Carne de Bovino** – Regulamento (CE) n.º 31/2004 da Comissão, de 8 de Janeiro de 2004, relativo à entrega de certificados de importação para carne de bovino de alta qualidade, fresca, refrigerada ou congelada. Jornal Oficial n.º L 005, de 09 de Janeiro de 2004.

**Álcool Vinico** – Regulamento (CE) n.º 81/2004 da Comissão, de 16 de Janeiro de 2004, relativo à abertura de vendas públicas de álcool de origem vinica com vista à utilização de bioetanol na Comunidade. Jornal Oficial n.º L 012, de 17 de Janeiro de 2004.

**Frutas e Hortícolas** – Regulamento (CE) n.º 103/2004 da Comissão, de 21 de Janeiro de 2004, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 2200/96 do Conselho no que respeita ao regime das intervenções e retiradas do mercado no sector das frutas e produtos hortícolas. Jornal Oficial n.º L 016, de 23 de Janeiro de 2004.

### FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60  
Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • Director: Joaquim Casimiro • Director-Adjunto: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu • Recolha e organização de textos e fotos: Sílvia Borges e João Dinis • Fotos: Arquivo da CNA e Arquivo da DRABL • Redactora do Caderno Técnico: Ângela Dias • Colaboradores neste número: José Miguel e Vanda Santos  
• Periodicidade: Bimestral • Tiragem: 10.000 exemplares • Depósito legal: 180302/02 • Composição, Fotolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica